

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, SEM GARANTIA, EM DUAS SÉRIES, DA COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA

Pelo presente instrumento particular,

1. **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA**, companhia aberta com sede em Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Edgard Santos, 300, Bairro Narandiba, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.139.629/0001-94, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada “Emissora”); e
2. **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente emissão (doravante denominados “Agente Fiduciário” e “Debenturistas”, respectivamente).

(doravante denominadas, conjuntamente, “Parte” ou “Partes”),

vêm, por esta e na correta forma de direito, celebrar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, Quirografárias, Sem Garantia, em Duas Séries, da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA” (doravante denominada “Escritura”), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I - DA AUTORIZAÇÃO

- I.1. Esta Escritura é celebrada com base na deliberação tomada na reunião da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 20 de maio de 2005 (“AGE”).
- I.2. A reunião do Conselho Fiscal da Emissora, realizada em 20 de abril de 2005, opinou favoravelmente à presente emissão.
- I.3. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Emissora aprovará, ao final do procedimento de *bookbuilding*, conforme definido na Cláusula V.18.1.3, a Remuneração aplicável às Debêntures da 1ª Série, conforme definido na Cláusula V.4.

CAPÍTULO II - DOS REQUISITOS

- II.1. A 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora (doravante denominadas a “Emissão” e as “Debêntures”, conforme definido na Cláusula V.4) é feita com observância dos seguintes requisitos:



II.1.1. Arquivamento e publicação de deliberações societárias. A ata da AGE foi registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o nº 96617414, em 24 de maio de 2005, tendo sido publicada no "Diário Oficial do Estado da Bahia" e no jornal "Valor Econômico" em 1º de junho de 2005. Adicionalmente, a ata da RCA que vier a aprovar a Remuneração aplicável às Debêntures da 1ª Série será igualmente arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia e publicada no "Diário Oficial do Estado da Bahia" e no jornal "Valor Econômico".

II.1.2. Inscrição da Escritura e de seus aditivos. Esta Escritura, bem como seus aditivos, serão inscritos na Junta Comercial do Estado da Bahia.

II.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários. A distribuição pública das Debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro 1976, e alterações posteriores ("Lei nº 6.404/76"), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução nº 400/03"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

II.1.4. Aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("ANEEL") aprovou a presente Emissão em 30 de maio de 2005, por meio do Despacho nº 641, publicado no Diário Oficial da União em 31 de maio de 2005.

II.1.5. Registro para distribuição no mercado primário. Foi solicitado registro para distribuição das Debêntures no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a subscrição liquidada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP").

II.1.6. Registro para negociação secundária. Foi solicitado registro para negociação das Debêntures no mercado secundário, (a) no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP, segundo as respectivas normas e procedimentos; e (b) no Sistema BovespaFix ("BovespaFix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa ("Bovespa"), sendo a negociação e a liquidação na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

II.1.7. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento. A oferta das Debêntures será estruturada de acordo com o Código de Auto-Regulação para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários da Associação Nacional dos Bancos de Investimento, de 16 de janeiro de 2002 ("Código de Auto-Regulação" e "ANBID", respectivamente), e registrada na ANBID, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, nos termos do artigo 22 do Código de Auto-Regulação, pela instituição intermediária líder da Emissão ("Instituição Líder"), conforme definido no "Contrato de Distribuição Pública, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Quirografárias, Sem Garantia, em Duas Séries, da 5ª Emissão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA" ("Contrato de Distribuição"), celebrado



entre a Emissora e as instituições intermediárias da Emissão (conforme definição no Contrato de Distribuição).

CAPÍTULO III – DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

Atualmente, a Emissora tem por objeto social estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União Federal ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo.

A partir de setembro de 2005, de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, conforme definido na Cláusula VII.2, § 1º, as atividades da Emissora estão restritas à distribuição de energia elétrica, lhe sendo vedado o exercício de qualquer outra atividade estranha à atividade de distribuição.

CAPÍTULO IV – DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Observada a forma de integralização prevista na Cláusula V.16, o montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição pública das Debêntures será destinado para (i) o resgate antecipado integral das debêntures da 4ª (quarta) emissão, no montante total, equivalente ao principal, de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), (ii) ficando os valores restantes após o pagamento do estabelecido em (i) destinados a capital de giro.

CAPÍTULO V - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As Debêntures terão as seguintes características:

V.1. Número de ordem da Emissão. Esta é a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora.

V.2. Valor total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$ 540.000.000,00 (quinhentos e quarenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido na Cláusula V.12.

V.2.1. Aumento do valor total da Emissão a critério da Emissora. Nos termos do § 2º do artigo 14 da Instrução CVM nº 400/03, e do Contrato de Distribuição, a Emissora reserva-se o direito de exercer a opção de aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas inicialmente requerida em até 20% (vinte por cento), sendo que, nesse caso, as Instituições Intermediárias poderão avaliar a eventual prestação de garantia firme adicional.



V.2.1.1. Exercida a opção referida na cláusula anterior, a presente Escritura será aditada com vistas a refletir o novo valor total da Emissão e da quantidade de Debêntures emitidas, devendo o Agente Fiduciário celebrar referido aditamento independente de qualquer outra formalidade ou convocação dos titulares das Debêntures, os quais, no momento da subscrição, consignam expressa aprovação à adoção desse procedimento.

V.2.1.2. Fica desde já esclarecido que a Emissão não contempla a opção de distribuição de lote suplementar prevista no artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03.

V.3. Valor nominal unitário. O valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário") será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.


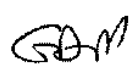


V.4. Número de séries. As Debêntures serão emitidas em duas séries, sendo a 1ª série no montante total de R\$ 440.000.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), com remuneração atrelada à taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros "Over Extra-Grupo" de um dia, calculada e divulgada pela CETIP ("Debêntures da 1ª Série"), e a 2ª série no montante total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), indexada ao Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ("Debêntures da 2ª Série" e, quando consideradas em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, "Debêntures").

V.5. Atualização do Valor Nominal Unitário. Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série. Entretanto, haverá atualização do Valor Nominal Unitário no caso das Debêntures da 2ª Série, conforme o disposto na Cláusula V.18.2.1.

V.6. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 54.000 (cinquenta e quatro mil) Debêntures, sendo, 44.000 (quarenta e quatro mil) Debêntures da 1ª Série e 10.000 (dez mil) Debêntures da 2ª Série, podendo ser emitidas Debêntures adicionais, de acordo com a cláusula V.2.1, unicamente em uma das séries ou em ambas e, nesse último caso, em qualquer proporção, a critério da Emissora.

V.7. Forma. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, e não contarão com a emissão de certificados representativos. Para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Bradesco S.A., Instituição depositária responsável pela escrituração das Debêntures ("Instituição Depositária"). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será por esta expedido relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.

V.8. Conversibilidade em ações. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

  
4 

V.9. Espécie. As Debêntures serão quirografárias e sem garantia.

V.10. Limite da Emissão. Tendo em vista que, em 31 de março de 2005, (i) o capital social autorizado da Emissora era de R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais), e o capital integralizado era de R\$ 1.068.297.400,82 (um bilhão, sessenta e oito milhões, duzentos e noventa e sete mil, quatrocentos reais e oitenta e dois centavos); e (ii) o saldo devedor das debêntures da 3ª (terceira) e da 4ª (quarta) emissões de debêntures da Emissora, ainda não canceladas ou resgatadas, cujos valores, devidamente atualizados até 31 de março de 2005 nos termos das respectivas escrituras de emissão, ambas celebradas em 02 de julho de 2004, era de R\$ 531.114.131,56 (quinhentos e trinta e um milhões, cento e quatorze mil, cento e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos), somado ao valor da presente Emissão, totalizará R\$ 1.071.114.131,56 (um bilhão, setenta e um milhões, cento e quatorze mil, cento e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos), o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, observado o disposto em seu §2º, está cumprido, especialmente considerando-se a Destinação dos Recursos estabelecida no Capítulo IV.

V.10.1. Caso a Emissora exerça a opção na forma da cláusula V.2.1, conforme facultado pelo § 2º do artigo 14 da Instrução CVM nº 400/03, o montante total da Emissão atingirá, no máximo, R\$ 648.000.000,00 (seiscentos e quarenta e oito milhões de reais), o que, somado ao valor da 3ª (terceira) e da 4ª (quarta) emissões de debêntures da Emissora, devidamente atualizados até 31 de março de 2005, totalizará R\$ 1.179.114.131,56 (um bilhão, cento e setenta e nove milhões, cento e quatorze mil, cento e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos), razão pela qual, nessa situação, o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, observado o disposto em seu §2º, estará também cumprido, especialmente considerando-se a Destinação dos Recursos estabelecida no Capítulo IV.

V.11. Colocação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo atendidos, obrigatoriamente, na seguinte ordem: (i) os clientes das instituições intermediárias, que desejarem subscrever as Debêntures; e (ii) as instituições intermediárias desta Emissão, sob o regime de garantia firme prestada nos termos do Contrato de Distribuição.

V.12. Data de emissão. Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 01 de junho de 2005 ("Data de Emissão").

V.13. Prazo e data de vencimento. As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contado da Data de Emissão, vencendo em 01 de junho de 2010 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série"), e as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos contado da Data de Emissão, vencendo em 01 de junho de 2011 ("Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série") e, quando considerada em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, "Data de Vencimento").

6

5

JURÍDICO

V.13.1. A Emissora não pode efetuar a emissão das Debêntures da 2ª Série antes de colocadas todas as Debêntures da 1ª Série ou até que as Debêntures da 1ª Série sejam canceladas.

V.14. Prazo para subscrição. As Debêntures serão colocadas em até 6 (seis) meses, contado da data de publicação do anúncio de início de distribuição da presente Emissão.

V.15. Preço de subscrição. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme definido na Cláusula V.18, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, conforme definido na Cláusula V.16 ("Preço de Subscrição").

V.16. Formas de subscrição e integralização. A subscrição das Debêntures será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição será realizado à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional.

V.17. Pagamento do Valor Nominal Unitário.


V.17.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será pago pela Emissora em 5 (cinco) parcelas iguais, semestrais e sucessivas a partir do final do 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, contado da Data de Emissão ("Amortização" ou "Amortizações"), de acordo com a tabela abaixo:

	Datas	% do Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série
1.	01 de junho de 2008	20
2.	01 de dezembro de 2008	20
3.	01 de junho de 2009	20
4.	01 de dezembro de 2009	20
5.	01 de junho de 2010	20

V.17.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será pago pela Emissora em 1 (uma) única parcela, equivalente a 100% (cem por cento) do volume total das Debêntures da 2ª Série, na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.

V.18. Remuneração.

V.18.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série. Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário incidirão juros correspondentes à acumulação da taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, extragrupo ("Taxa DI"), calculada e divulgada pela CETIP, capitalizada de um *spread* máximo ou sobretaxa máxima ("*Spread das Debêntures da 1ª Série*") de até 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento), base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de

P. *SM* *62*
6


acordo com a fórmula expressa na Cláusula V.18.1.4 (*Spread* das Debêntures da 1ª Série, em conjunto com a Taxa DI, denominados “Remuneração das Debêntures da 1ª Série”).

V.18.1.1. A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, desde a Data de Emissão, ou da data do vencimento de juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. O *Spread* das Debêntures da 1ª Série será definido em procedimento de *bookbuilding* e não será superior ao limite definido na Cláusula V.18.1.

V.18.1.2. O procedimento de *bookbuilding* consiste na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures da 1ª Série da Emissora em diferentes níveis de taxa de juros. O *Spread* das Debêntures da 1ª Série será equivalente à menor taxa oferecida pelos investidores para lotes de Debêntures da 1ª Série cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Debêntures da 1ª Série. Ao final deste procedimento, o Conselho de Administração da Emissora fixará o *Spread* sobre a Taxa DI, conforme o artigo 59, § primeiro, da Lei nº 6.404/76. O *Spread* das Debêntures da 1ª Série constará de aditamento à presente Escritura, devendo o mesmo ser averbado à margem do registro a que se refere a Cláusula II.1.2 desta Escritura.

V.18.1.3. O cálculo da Remuneração das Debêntures da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [FatorDI \times FatorSpread - 1]$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;


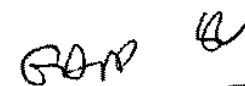

VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture da 1ª Série no início do primeiro Período de Capitalização, ou o saldo do Valor Nominal Unitário no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das taxas DI Over da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n [1 + TDI_k]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI Over, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI Over, sendo " d_k " um número inteiro;

FatorSpread= sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

spread = *Spread* das Debêntures da 1ª Série ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

n = é o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, ou a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Remuneração, sendo " n " um número inteiro;

DT = é o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo " DT " um número inteiro; e

DP = é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo " DP " um número inteiro.

V.18.1.3.1. O fator resultante da expressão $[1 + TDI_k]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

V.18.1.3.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + TDI_k]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante, até o último considerado.

V.18.1.3.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento.

C.

SAM

Q



V.18.1.3.4. Considera-se o resultado da multiplicação ("Fator DI" x "FatorSpread") com 09 (nove) casas decimais, com arredondamento.

V.18.1.4. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.


V.18.1.5. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *Spread* das Debêntures da 1ª Série, se houver, até a data da aferição, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

V.18.1.6. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI pela CETIP por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal, será utilizado em sua substituição o índice que vier a ser determinado legalmente como seu substituto, se houver, caso o mesmo contenha características semelhantes à Taxa DI. Na ausência de critério legal substituto com características semelhantes à Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Cláusula V.18.1 e seguintes, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *Spread* das Debêntures da 1ª Série, até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

V.18.1.6.1. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre titulares de Debêntures da 1ª Série representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures da 1ª Série em circulação e a Emissora, as Debêntures da 1ª Série deverão ser resgatadas pela Emissora, na sua totalidade, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contado da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série (aplicando-se a última Taxa DI divulgada) devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, o que ocorrer por último. O resgate ao qual se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. As Debêntures resgatadas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observado que as Debêntures resgatadas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à Remuneração que vier a ser acordada com os demais Debenturistas da referida série.

V.18.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus à remuneração que inclui a Atualização, conforme definido na Cláusula V.18.2.1, do Valor Nominal Unitário, e Juros Remuneratórios, conforme definido na Cláusula V.18.6 (denominada "Remuneração

Q 9 82



das Debêntures da 2ª Série", e, quando designada em conjunto com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, a "Remuneração"), na forma descrita a seguir:

V.18.2.1. Atualização. As Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do número-índice do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (o "IGP-M" e a "Atualização", respectivamente), sendo o produto da Atualização incorporado a este automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{IGP-M_1}{IGP-M_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[\frac{IGP-M_2}{IGP-M_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[\frac{IGP-M_n}{IGP-M_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}} \right\}$$

onde:

VNa = é o Valor Nominal Unitário atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Vne = é o Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

IGP-M₀ = é o valor do número índice do mês anterior ao mês de início de Atualização;

IGP-M₁ = é o valor do número índice do mês de início de Atualização;

IGP-M₂ = é o valor do número índice do mês subsequente ao mês de início de Atualização;

IGP-M_n = é o valor do número índice do mês anterior ao mês de Atualização até a data de aniversário da Debênture. Após a data de aniversário, valor do número índice do mês de Atualização;

IGP-M_{n-1} = é o valor do número índice do mês anterior ao mês "n";

dup = é o número de dias úteis da última data de aniversário até a data de Atualização, sendo "dup" um número inteiro;

dut = é o número de dias úteis contidos entre a última data de aniversário e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

V.18.2.1.1. Para os efeitos das definições acima, consideram-se "datas de aniversário" as datas correspondentes ao primeiro dia útil de cada mês.




10



V.18.2.1.2. O número índice do IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

V.18.3. Na data em que ocorrer a subscrição das Debêntures da 2ª Série, e somente para fins de apuração do Preço de Subscrição definido na Cláusula V.15, caso não haja apuração e/ou divulgação do IGP-M referente ao mês em que a subscrição das Debêntures da 2ª Série estiver sendo realizada, deverá ser utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série a última projeção de IGP-M da ANDIMA, conforme prévia divulgada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, disponível no endereço da rede mundial de computadores "www.andima.com.br", ou na sua falta o último IGP-M oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável.

V.18.4. A aplicação do IGP-M será realizada anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor; nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

V.18.5. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver apuração e/ou divulgação do IGP-M, será aplicado o último IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. Se a não apuração e/ou divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal, será utilizado o índice que vier a ser determinado como seu substituto, se houver, caso o mesmo contenha características semelhantes ao IGP-M. Na ausência de critério legal substituto com características semelhantes ao IGP-M, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Cláusula V.18.2.1 e seguintes, o último IGP-M divulgado acrescido do *Spread* das Debêntures da 2ª Série, conforme definido na Cláusula V.18.6.

V.18.5.1. Caso não haja acordo sobre o novo índice de Atualização entre titulares das Debêntures da 2ª Série representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures da 2ª Série em circulação e a Emissora, as Debêntures da 2ª Série deverão ser resgatadas pela Emissora, na sua totalidade, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contado da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da 2ª Série aplicável às Debêntures da 2ª Série a serem resgatadas, será utilizado o último IGP-M divulgado oficialmente, acrescido dos Juros Remuneratórios conforme definido e estabelecidos na forma da Cláusula V.18.6. O resgate ao qual se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. As Debêntures resgatadas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na

P.

GV

11



tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observado que as Debêntures resgatadas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à Remuneração que vier a ser acordada com os demais Debenturistas da referida série.

V.18.5.2. Observações:

Os fatores resultantes das expressões $\left[\frac{IGP - M_n}{IGP - M_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento. O produtório final, fator acumulado das variações mensais do IGP-M, é calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

V.18.6. Juros Remuneratórios. As Debêntures da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios apurados mediante a aplicação de uma taxa percentual fixa de 10,80% (dez inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano ("Spread das Debêntures da 2ª Série" e, quando designado em conjunto com o Spread das Debêntures da 1ª Série, o "Spread"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula V.18.7, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis ("Juros Remuneratórios").

V.18.6.1. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde:

J = valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

Vna = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

taxa = é a taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

n = é o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DT = é o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;

DP = é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

V.18.7. Entende-se por período de capitalização ("**Período de Capitalização**") o intervalo de tempo entre 2 (duas) datas previstas para o pagamento da Remuneração, ressalvado que o 1º (primeiro) Período de Capitalização tem início na Data de Emissão, inclusive, e término na data prevista para o 1º (primeiro) pagamento da Remuneração, exclusive. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data prevista para o pagamento da Remuneração do Período de Capitalização anterior e término na data prevista para o pagamento da Remuneração subsequente, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior, sem solução de continuidade. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura.

V.19. Periodicidade do Pagamento da Remuneração.

V.19.1. A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, razão pela qual o 1º (primeiro) pagamento ocorrerá em 01 de dezembro de 2005 e o último, em 01 de junho de 2010. Farão jus à Remuneração das Debêntures da 1ª Série os titulares das Debêntures da 1ª Série que assim constem na Instituição Depositária ao final do dia útil anterior à data de seu pagamento.

V.19.2. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, bem como sua Atualização, serão pagos anualmente a partir da Data de Emissão, razão pela qual o 1º (primeiro) pagamento ocorrerá em 01 de junho de 2006 e o último, em 01 de junho de 2011. Farão jus à Remuneração das Debêntures da 2ª Série os titulares das Debêntures da 2ª Série que assim constem na Instituição Depositária ao final do dia útil anterior à data de seu pagamento.

[Handwritten signatures]



V.20. Local de pagamento. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou pela CBLC, ou por meio do Banco Depositário, para os titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC.

V.21. Banco Mandatário e Banco Depositário. O banco mandatário e banco depositário das Debêntures será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário").

V.22. Fundo de Amortização. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

V.23. Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço igual ou inferior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração *pro rata* devida até a data de aquisição e ainda não paga aos debenturistas, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76.

V.23.1. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures da mesma série em circulação.

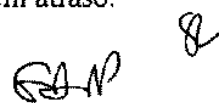
V.24. Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

V.25. Resgate Antecipado Facultativo. Não haverá resgate antecipado facultativo.

V.26. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso, encargos moratórios esses calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

V.27. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos de feriados municipais para os pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP.

V.28. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula V.26, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios, se houver, relativos ao período em atraso.



V.29. Publicidade. Observados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal "Valor Econômico" e outros jornais habitualmente utilizados pela Emissora, informados nas Informações Anuais – IAN, e através da rede mundial de computadores, por meio do *síte* da Emissora (<http://www.coelba.com.br>), devendo esta avisar o Agente Fiduciário, antecipadamente, da realização de qualquer publicação. O anúncio de início e o anúncio de encerramento da presente Emissão poderão ser publicados no jornal "Valor Econômico" na forma de aviso resumido, conforme estabelecido pela Instrução nº 400/03, sendo obrigatoriamente disponibilizados, em sua íntegra, no *website* da Emissora acima indicado.

V.30. Imunidade Tributária. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Maptário e Banco Depositário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

V.31. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços constantes abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem:

a. Para a Emissora:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA

Avenida Edgard Santos, 300, Bairro Narandiba

Salvador - BA

CEP: 41186-900

At. Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores – Sr. Emmanuel Sampaio Lôpo

Telefone: (71) 3370-5502

Fac-símile: (71) 3370-5506

E-mail: emmanuel.lopo@coelba.com.br

b. Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

Av. das Américas, 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22640-100

At. Sr. Juarez Dias Costa

Telefone: (21) 2493-7003/8158-8522



15



Fac-símile: (21) 2493-4746
E-mail: agente@oliveiratrust.com.br

c. Para o Banco Mandatário e Banco Depositário:

BANCO BRADESCO S.A.
Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar
Osasco - SP
CEP: 06029-900
At.: Sr. Carlos Alberto de Moraes/Luís Cláudio de Freitas Coelho Pereira
Telefone: (11) 3684-4522
Fac-símile: (11) 3684-5645
E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

CAPÍTULO VI – DEFINIÇÕES DE TERMOS FINANCEIROS

VI. Para os fins desta Escritura, especialmente no que se refere ao disposto no item VII.2.1. abaixo (Hipóteses de Vencimento Antecipado através de Assembleia Geral de Debenturistas), aplicar-se-ão as seguintes definições, baseadas em demonstrativos elaborados com base nos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil:

“**Dívida Líquida**”: significa o endividamento oneroso total menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“**EBITDA**”: significa o lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses ao qual deverá ser adicionado, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, a parcela da amortização da recomposição tarifária do racionamento;

“**Resultado Financeiro**”: significa a diferença entre a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, será considerado “1”.

CAPÍTULO VII – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

VII.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático. Observado o disposto na Cláusula VII.4, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:







- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura, não sanada em 2 (dois) dias úteis contado da data da inadimplência;
- b. (i) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas pela Emissora; (ii) pedido de auto-falência ou de falência da Emissora, seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas pela Emissora, formulado pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores; (iii) decretação de falência da Emissora, seus acionistas controladores e/ou de sociedades controladas pela Emissora; (iv) se a Emissora e/ou seus acionistas controladores e/ou as sociedades controladas pela Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) se a Emissora e/ou seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas pela Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- c. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, de seus acionistas controladores e/ou das sociedades controladas pela Emissora e não devidamente elidido pela Emissora, por seus acionistas controladores e/ou por suas sociedades controladas pela Emissora no prazo de 10 (dez) dias (prazo legal);
- d. término, por qualquer motivo, do Contrato de Concessão nº 010/97, celebrado entre a Emissora e o Poder Concedente (União), em 08 de agosto de 1997, conforme aditado em 27 de dezembro de 2002, relativo ao serviço público de distribuição de energia elétrica para o Estado da Bahia ("Contrato de Concessão");
- e. inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer obrigações a que esteja sujeita, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, observados os períodos de carência aplicáveis, obrigação essa em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), não regularizado em um período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do descumprimento da obrigação;
- f. vencimento antecipado de quaisquer obrigações da Emissora, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, em valor agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); e
- g. protesto de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor não pago ultrapasse R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da ocorrência do referido protesto, (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) for cancelado, ou, ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo.

 4

17



VII.2. Hipóteses de Vencimento Antecipado através de Assembléia Geral de Debenturistas. Observado o disposto na Cláusula VII.4, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido na Cláusula VII.3, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

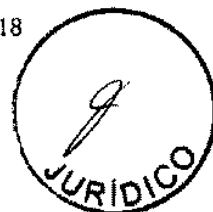
- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido, sendo certo que o prazo de 30 (trinta) dias previsto nesta alínea não se aplica a qualquer outra hipótese deste Capítulo VII.2;
- b. não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu contra-valor em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias da data estipulada para pagamento;
- c. caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura forem descumpridas ou provarem-se substancialmente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;
- d. liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que possa, de qualquer modo, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura, excetuadas a cisão, a fusão e a incorporação quando previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o quorum previsto na Cláusula X.5, sendo que, nesse caso, não será admitida a opção de dispensa da realização de Assembléia Geral de Debenturistas prevista no §1º do artigo 231 da Lei nº 6.404/76; e
- e. alteração do atual controle acionário da Emissora, direto ou indireto, sem que os Debenturistas previamente reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim aprove a referida alteração.

§ 1º Sem prejuízo da Cláusula VII.2.(d), a Emissora poderá realizar cisão e/ou redução do seu capital social para implementar o processo de desverticalização da Emissora no que diz respeito aos ativos (i) de Transmissão, (ii) de Geração, (iii) Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, e/ou (iv) Garter Properties Inc..

§ 2º Para os fins do artigo 231, da Lei nº 6.404/76, a aquisição das Debêntures acarretará a renúncia expressa, por parte do Debenturista, aos direitos estabelecidos no artigo 231, da Lei nº 6.404/76 no que se refere a qualquer operação de cisão envolvendo a Emissora que observe, cumulativamente, as condições estabelecidas no § 1º acima. Dessa maneira, na



18



hipótese de tal operação, não será realizada Assembléia Geral de Debenturistas especial para sua aprovação prévia, nem tampouco será exigido o resgate das Debêntures por parte da Emissora, de que tratam o artigo 231 da Lei nº 6.404/76, e seu § 1º.

§ 3º Para os fins do § 3º do artigo 174, da Lei nº 6.404/76, a aquisição das Debêntures acarretará a renúncia expressa, por parte do Debenturista, aos direitos estabelecidos no § 3º do artigo 174, da Lei nº 6.404/76 no que se refere a qualquer operação de redução de capital social envolvendo a Emissora que observe, cumulativamente, as condições estabelecidas no §1º acima. Dessa maneira, na hipótese de tal operação, não será realizada Assembléia Geral de Debenturistas especial para sua aprovação prévia.

VII.2.1. Observado o disposto no Capítulo VI, configurar-se-á, também, hipótese de vencimento antecipado deliberado através de Assembléia Geral de Debenturistas, o descumprimento da seguinte obrigação:

- a. manutenção, pela Emissora, dos índices e limites financeiros a seguir: (a) Relação Dívida Líquida/EBITDA, não superior a 3 (três inteiros); (b) Relação EBITDA/Resultado Financeiro, não inferior a 2 (dois inteiros).

VII.2.1.1. A apuração pelo Agente Fiduciário das relações previstas na Cláusula anterior deverá ser feita em relação a cada uma das demonstrações financeiras auditadas da Emissora, seja trimestral ou anual, até 3 (três) dias úteis após a sua disponibilização pela Emissora, na forma de legislação aplicável, à CVM.

VII.2.1.2. As obrigações previstas neste Capítulo VII vigorarão durante todo o prazo das Debêntures, até a Data de Vencimento, ou enquanto houver Debêntures em circulação.

VII.2.1.3. Os índices e limites financeiros estabelecidos no item VII.2.1.(a) acima serão apurados ao final de cada trimestre fiscal, sendo certo que, em caso de descumprimento, a Companhia terá até o final da próxima apuração pelo Agente Fiduciário, no próximo trimestre fiscal, para obter o seu restabelecimento.

VII.3. Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada nas Cláusulas VII.2 e VII.2.1, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e o Valor Nominal Unitário integral das Debêntures da 2ª Série, acrescidos da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, a menos que titulares das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada uma das Séries em circulação, de maneira independente, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações

R

SAW 19 *W*



decorrentes das Debêntures.

VII.4. Vencimento Antecipado. Verificada qualquer das hipóteses previstas nas Cláusulas VII.1, VII.2 e VII.2.1, ou qualquer outra hipótese de inadimplemento da Emissora ou de vencimento antecipado previsto nesta Escritura, o Agente Fiduciário deverá, observados os prazos, as formas e as condições previstos aqui, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, declarar vencidas antecipadamente as Debêntures, esta Escritura ou qualquer outro instrumento relacionado à presente Emissão.

VII.5. Pagamento. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora pagará, conforme aqui previsto, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e o Valor Nominal Unitário integral das Debêntures da 2ª Série, ambos acrescidos (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento, (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e (iii) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

VII.6. Independência das Séries. Para que não restem dúvidas, fica desde já certo e ajustado que eventuais decisões tomadas por Debenturistas titulares das Debêntures da 1ª Série não vinculam, em hipótese alguma, os Debenturistas titulares das Debêntures da 2ª Série, e vice-versa, sendo a todo e qualquer tempo as mencionadas decisões independentes umas das outras.

VII.7. Correção de Valores. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas nos itens VII.1.(e), VII.1.(f), VII.1.(g) e VII.2.(b) acima, os respectivos valores de referência serão corrigidos pelo IGP-M a partir da data de assinatura desta Escritura ou, à falta deste, por outro índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.

CAPÍTULO VIII – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

VIII. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

a. encaminhar ao Agente Fiduciário:

- a.1. dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura;
- a.2. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, bem como declaração do Diretor de Relações com

P

SAV

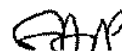
SL

20

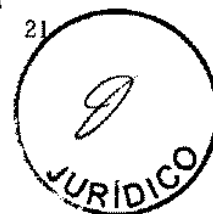


Investidores atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura;

- a.3. cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas editadas pela CVM, inclusive a Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos;
- a.4. o anúncio da convocação e a ata de qualquer assembléia geral de acionistas da Emissora, bem como as atas das reuniões do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal, que contenham deliberações que guardem relação com a presente Emissão, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- a.5. na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula V.29;
- a.6. na data de sua divulgação, qualquer fato relevante, divulgado nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002;
- a.7. os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas desta Emissão, no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da respectiva data de vencimento;
- a.8. dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis após a disponibilização à CVM de qualquer informação trimestral (ITR) ou anual (DFP-IAN), devidamente auditadas, relatório demonstrativo do cumprimento da obrigação prevista na Cláusula VII.2.1, detalhado em relação a cada um dos índices a serem observados, com a respectiva memória de cálculo e contas utilizadas;
- a.9. imediatamente, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- a.10. informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no Capítulo VII - Vencimento Antecipado, imediatamente após a sua ocorrência;
- a.11. informações sobre alterações estatutárias ocorridas na Emissora dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis após as referidas alterações, que possam impactar qualquer direito dos Debenturistas da presente Emissão; e
- a.12. anualmente, cópia dos relatórios de classificação de risco (*rating*) da Emissão que vierem a ser emitidos pela agência de classificação de risco (*rating*), no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data de seu

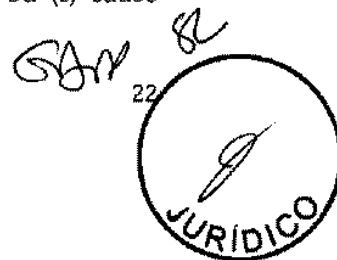


21



recebimento.

- b. não efetuar a distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório, nem pagar juros sobre capital próprio ou realizar qualquer outra forma de distribuição de lucro, se estiver inadimplente em relação a qualquer obrigação pecuniária.
- c. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76 e pelas normas editadas pela CVM, inclusive pela Instrução CVM nº 207, de 1 de fevereiro de 1994, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- d. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- e. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Bovespa-Fix) e a agência de classificação de risco (*rating*) previstas nesta Escritura;
- f. convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- g. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- h. submeter, na forma da legislação aplicável, a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, suas demonstrações financeiras;
- i. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e, bem assim, fornecer aos Debenturistas desta Emissão, quando assim solicitado, as demonstrações financeiras publicadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
- j. manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas desta Emissão, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- k. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- l. notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que (a) possa causar interrupção ou suspensão relevante das atividades da Emissora, (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; ou (c) cause



alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura; e

m. observar os limites de emissão prescritos no artigo 60, da Lei nº 6.404/76.

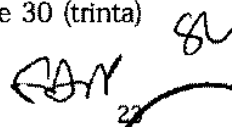
CAPÍTULO IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

IX.1. Nomeação. A Emissora nomeia e constitui Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, acima qualificado, para Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

IX.2. Declarações. O Agente Fiduciário declara:

- a. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- b. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse, previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;
- c. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- d. aceitar integralmente os termos da presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações nela contidas;
- e. estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações nela previstas;
- f. que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com suas cláusulas;
- g. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não violam qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- h. ser instituição devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras.

IX.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta)



dias, contado do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas da presente Emissão, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, aqui considerados os Debenturistas de ambas as Séries, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembléia Geral de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula IX.3.4.

IX.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá ele comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas desta Emissão, pedindo sua substituição.

IX.3.2. É facultado aos Debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

IX.3.3. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, inclusive na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

IX.3.4. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembléia Geral de Debenturistas desta Emissão não delibere sobre a matéria. Em hipótese alguma a remuneração do agente fiduciário poderá ser superior à ora avençada.


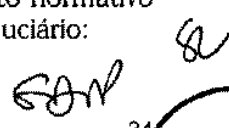
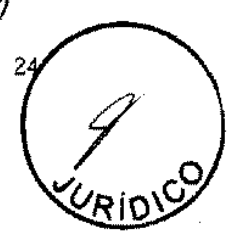
IX.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura, averbado na Junta Comercial do Estado da Bahia.

IX.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data desta Escritura, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

IX.3.7. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas desta Emissão, em forma de aviso, de acordo com a Cláusula V.29.

IX.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados pela CVM, em especial a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.


IX.4. Deveres e atribuições. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;
- c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h. solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora;
- i. solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- j. convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas da presente Emissão, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula V.29, observadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura;
- k. comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l. elaborar, anualmente, relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:



- l.1. eventual omissão ou in verdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - l.2. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - l.3. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - l.4. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - l.5. resgate, Amortização, aquisição facultativa, e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - l.6. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - l.7. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - l.8. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
 - l.9. declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de Agente Fiduciário;
- m. disponibilizar o relatório de que trata a alínea "l" aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1. na sede da Emissora;
 - m.2. no local por ele indicado;
 - m.3. na sede da CVM;
 - m.4. na sede da Bovespa e da CETIP; e
 - m.5. na sede da Instituição Líder;
- n. publicar, na forma da Cláusula V.29, anúncio comunicando aos Debenturistas desta Emissão que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m";



26

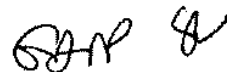


- o. manter atualizada a relação dos Debenturistas desta Emissão, com endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CBLC e à CETIP;
- p. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não-fazer; e
- q. notificar os Debenturistas desta Emissão, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, discriminando os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado ou esteja tomando para acautelar e proteger os interesses dos titulares das Debêntures. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - q.1. à CVM;
 - q.2. à Bovespa e à CETIP; e
 - q.3. à Emissora.

IX.5. Atribuições Específicas. Observado as disposições desta Escritura, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas desta Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos no Capítulo VII:

- a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas desta Emissão;
- c. requerer a falência da Emissora, nos termos da lei brasileira; e
- d. representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, ou, ainda, em qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substituam ou complementem a atual legislação sobre falências e concordatas.

IX.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas “b” a “d”, da Cláusula anterior, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas desta Emissão, aquela assim o autorizar, por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série em circulação. Para a hipótese prevista na alínea “c”, da Cláusula anterior, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série em circulação.



27



IX.6. Remuneração. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, remuneração paga de seguinte forma:

- a. parcelas trimestrais de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), sendo que, a primeira parcela, que é devida na data de assinatura da presente Escritura será no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) devido ao desconto da parcela única do item "b" abaixo. O valor da última parcela deverá ser calculado *pro rata die* até a data de seu efetivo pagamento;
- b. parcela única de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) a título de implantação da operação, a ser paga 5 (cinco) dias após a análise da presente Escritura, observado o disposto no item "a" acima;
- c. as parcelas da remuneração serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), IRRF (Imposto de renda retido na fonte) e quaisquer outros, que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto sobre a Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- d. o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data de cada pagamento, sendo que, se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não-recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- e. o valor das parcelas será atualizado, anualmente, pela variação acumulada do IGP-M, a partir de 01 de abril de 2005, até a data de pagamento de cada parcela, calculado *pro rata die*, se necessário;
- f. a remuneração acima será devida até o cancelamento das Debêntures e mesmo após o vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não-sanadas pela Emissora;
- g. a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas, razoavelmente comprovadas, com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário desta Emissão, sendo elas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação; e
- h. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa e juros de mora, na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura.



28



IX.6.1. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam razoavelmente necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

IX.7. Despesas. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que, comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas desta Emissão, ou para realizar seus créditos.


IX.7.1. O ressarcimento a que se refere a cláusula anterior será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

IX.7.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, para resguardar os interesses dos debenturistas desta Emissão, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas desta Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Os recursos para o pagamento de tais despesas, a serem adiantados pelos Debenturistas desta Emissão, incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas da presente Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, por um período superior a 30 (trinta) dias, com relação ao pagamento destas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas da presente Emissão para cobertura do risco da sucumbência.

IX.7.3. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula anterior os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, ficando desde já estipulado que caberá aos demais Debenturistas arcar com tal ônus, devendo os Debenturistas reembolsá-los quando receberem os valores devidos pela Emissora.

IX.7.4. As despesas a que se refere a cláusula IX.7 e seguintes compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b. extração de certidões;
- c. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e



- d. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

IX.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos Debenturistas da presente Emissão, não saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

CAPÍTULO X – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

X.1. Os titulares das Debêntures de cada uma das Séries, ou de ambas as Séries conjuntamente, poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral de Debenturistas, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de cada uma das Séries ou de ambas as Séries.

X.2. Convocação. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas de cada uma das Séries que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures de cada uma das Séries em circulação, ou pela CVM.

X.3. Quorum de Instalação. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas titulares das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série, ou de ambas as Séries, conforme o caso, da presente Emissão, que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série, ou de ambas as Séries, conforme o caso, em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

X.3.1. Para os fins de apuração do quorum de instalação em qualquer Assembléia Geral de Debenturistas, serão excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora, ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum da Emissora, sejam elas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, bem como dos administradores de referidas sociedades.

X.4. Mesa Diretora. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

X.5. Quorum de Deliberação. Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada Série em circulação, com exceção da modificação (i) da data de vencimento das Debêntures, (ii) das condições da Amortização, (iii) que diminua a Remuneração; ou (iv) que altere qualquer um dos *quorã* de deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos na presente Escritura, as quais deverão ser deliberadas por Debenturistas que representem a totalidade das Debêntures em circulação, na forma do disposto no artigo 71, § 5º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto na cláusula IX.5.1.



30

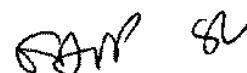


X.5.1. Para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer Assembléia Geral de Debenturistas da presente Emissão, serão excluídos os votos em branco, as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum, coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, bem como dos administradores de referidas sociedades.

CAPÍTULO XI – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

XI.1. A Emissora declara e garante que:

- a. é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- b. os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- c. mediante a aprovação da ANEEL e da CVM mencionada no Capítulo II, está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e demais contratos relacionados à Emissão, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- d. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas (d.1) não infringem nem resultam em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora; (d.2) não infringem qualquer disposição legal; (d.3) não resultem na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, (d.4) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (d.5) não infringam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- e. esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- f. os prospectos preliminar e definitivo ("Prospectos") contêm e conterão, no mínimo, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;



31



- g. as declarações e informações contidas nos Prospectos prestadas pela Emissora com relação à Emissora, suas atividades, sua situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que os Prospectos foram elaborados de acordo com as normas pertinentes;
- h. as opiniões, análises e previsões expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- i. não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- j. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004, e as demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2004 e 2005, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e a situação financeira da Emissora refletida Demonstrações Financeiras ora referidas não sofreu, até a data de assinatura desta Escritura, qualquer alteração relevante;
- k. observado o disposto nos Prospectos, a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- l. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer (l.1) descumprimento contratual, legal, judicial, administrativo ou arbitral; ou (l.2) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade; e
- m. a Emissora possui todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas.

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

XII.1. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. A presente Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.



32



XII.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas desta Emissão, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XII.3. Despesas. A Emissora arcará com todos os custos (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND e no BovespaFix; (ii) das taxas de registro; (iii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora; e (iv) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Banco Depositário, e agência de classificação de *(risco)*.

XII.4. Título Executivo. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações neles encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

XII.5. Independência das Cláusulas. Caso uma ou mais cláusulas da presente Escritura sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexecutáveis, em qualquer aspecto, as demais cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e executáveis, até o cumprimento integral, pelas Partes, de suas obrigações, nos termos desta Escritura.

XII.6. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

XII.7. Foro. Fica eleito o Foro de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões oriundas da presente Escritura e da Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



33



Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, celebram a presente Escritura em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.

Rio de Janeiro, 1º de junho de 2005.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA

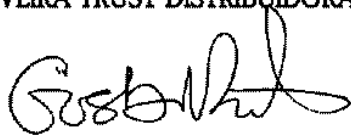


Nome: **ERIK DA COSTA BREYER**
Cargo: **DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÃO
COM OS INVESTIDORES**



Nome: **SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO**
Cargo: **DIRETORA DE REGULAÇÃO**

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A



Nome: **Gustavo Dazouart T. Pinto**
Cargo: **Procurador**

Nome: _____
Cargo: _____

TESTEMUNHAS

1. 

Nome: **MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO**
RG nº: **CPF: 088.887.377-82**
IFP: 12.857.126-3

2. 

Nome: **VALÉRIO DE A. R. FILHO**
RG nº: **0566713277**

